

DECRETO N.º 8.761, DE 12 DE OUTUBRO DE 1976

Dá denominação a estabelecimento de ensino

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições.

Decreta:

Artigo 1.º — Passa a denominar-se «Professor Benedito Sampaio», a Escola Estadual de 2.º Grau «Culto à Ciência», em Campinas — DTE, de Campinas.

Artigo 2.º — Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 12 de outubro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

José Bonifácio Coutinho Nogueira, Secretário da Educação
Publicado na Casa Civil, aos 12 de outubro de 1976.

Maria Angélica Gallazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador.

DECRETO N.º 8.762, DE 12 DE OUTUBRO DE 1976

Dispõe sobre retificação de enquadramento

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º — O enquadramento da função de Artífice, exercida por Mário Smacone Neto, como Encanador, referência 10, dado pelo Decreto n.º 52.579, de 17 de dezembro de 1970, fica retificado para Motorista, referência 10.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de março de 1976.

Palácio dos Bandeirantes, 12 de outubro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Adhemar de Barros Filho, Secretário da Administração
Publicado na Casa Civil, aos 12 de outubro de 1976.

Maria Angélica Gallazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador.

DECRETO N.º 8.763, DE 12 DE OUTUBRO DE 1976

Vincula a Bravacim — Laboratório Brasileiro de Vacinas S/A à Secretaria da Saúde

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições e com fundamento no disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei Complementar n.º 7, de 6 de novembro de 1969,

Decreta:

Artigo 1.º — Fica vinculada à Secretaria da Saúde a Bravacim — Laboratório Brasileiro de Vacinas S/A.

Artigo 2.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 12 de outubro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde
Publicado na Casa Civil, aos 12 de outubro de 1976.

Maria Angélica Gallazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador.

DECRETO N.º 8.764, DE 12 DE OUTUBRO DE 1976

Autoriza a doação de veículo usado à Prefeitura Municipal de Nova Luzitânia

PAULO EGYDIO MARTINS, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso das suas atribuições legais.

Decreta:

Artigo 1.º — Fica autorizada, em deferimento ao pedido objeto do processo GE. — 2960/75, a doação à Prefeitura Municipal de Nova Luzitânia, de um veículo usado, Caminhão — marca Ford — ano de fabricação 1970 — chassis F621A.160.478 — PI — 21880, pertencente ao Patrimônio da Secretaria da Saúde — Coordenadoria de Saúde Mental e declarado excedente pela DEMEX, da Coordenadoria da Administração de Material, da Secretaria da Administração.

Artigo 2.º — A Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Departamento Estadual de Trânsito, expedirá o certificado de propriedade relativo ao veículo ora doado.

Artigo 3.º — A doação de que trata este decreto ficará revogada se o veículo a que se refere o artigo 1.º não for retirado dentro de trinta dias.

Artigo 4.º — O prazo para uso do veículo é de um ano a partir da publicação, quando a donatária poderá dispor dele sem qualquer formalidade.

Artigo 5.º — Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação. Palácio dos Bandeirantes, 12 de outubro de 1976.

PAULO EGYDIO MARTINS

Walter Sidney Pereira Leser, Secretário da Saúde

Péricles Eugênio da Silva Ramos, Secretário de Estado-Chefe

da Casa Civil

Publicado na Casa Civil, aos 12 de outubro de 1976

Maria Angélica Gallazzi, Diretora da Divisão de Atos do Governador

DECRETO N.º 8.731, DE 6 DE OUTUBRO DE 1976

Dispõe sobre abertura de crédito suplementar nos termos do artigo 6.º, da Lei n.º 865, de 12 de dezembro de 1975

Retificação do D.O. de 7-10-76

Artigo 3.º —

no Anexo I

Programação Orçamentária da Despesa do Estado

Leia-se como segue e não como constou:

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA DO ESTADO

ÓRGÃOS E CATEGORIAS ECONÔMICAS	Total	4.ª Quota
20 — SECRETARIA DA FAZENDA		
Administração Direta		
20.02 — Coordenação da Administração Tributária		
4.0.0.0 — Despesas de Capital		
Suplementa	1.500.000	1.500.000

Secretarias de Estado

CASA CIVIL

Secretário: PÉRICLES EUGÊNIO DA SILVA RAMOS

Palácio dos Bandeirantes

BOLETIM N.º 194/76 CO

Decretos de 12-10-76

Autorizando, em caráter excepcional, o afastamento de Mário Kawahara — R.G. 2.402.809, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo — IPEM, da Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia para, sem quaisquer ônus para o Estado, empreender viagem, a fim de participar do Curso de Metrologia e Medição, a realizar-se no Japão, no período de 30/9/76 a 29/3/77.

Aplicando:

nos termos dos artigos 251, II, 256, I, e parágrafo 1.º, 252 e 260, I, combinados quando for o caso, com o artigo 324, todos da Lei 10.261, de 28/10/68, a pena de suspensão, aos servidores abaixo relacionados das Secretarias de Estado a seguir discriminadas:

Secretaria da Educação
15 dias
GG-1.198/76, 1.ª CPP-60/74 e seu apen-

so. Benjamin Bonan, R.G. 2.994.524, Servente, extranumerário, padrão 4-A, da ... EEPSC "Anhanguera", da Capital;

Secretaria da Saúde
30 dias
GG-1.694/76, SS-528/75 e seu apen-

so. Mauro Flávio da Luz, R.G. 2.641.434 — Mecânico, Interino, padrão 10-A, do Departamento de Administração;
nos termos dos artigos 251, II, 252, 256, II e 260, I, todos da Lei 10.261, de 28/10/68, a vista do apurado nos processos GG-1.213/76 e SS-12.571/74, a pena de suspensão por 45 dias a Bruno Clemente Domingos, R.G. 3.251.759, Investigador de Polícia I, — padrão 16-A, da Delegacia Geral de Polícia, em exercício à época, da infração no 43.º Distrito Policial, da Secretaria da Segurança Pública;

nos termos dos artigos 251, II, 256, V, 252, 260 I e 324, todos da Lei 10.261, de 28/10/68, a vista do apurado nos processos GG-2.522/76 e SS-13.768/71, a pena de suspensão por 15 dias, convertida em multa, com base no parágrafo 2.º do artigo 254 do citado diploma legal, a José Geraldo de Oliveira, R.G. 3.050.441, Servente, extranumerário, padrão 4-A, da Coordenadoria de Serviços Técnicos Especializados, da Secretaria da Saúde;

nos termos dos artigos 251, II, 252 e 260, I, todos da Lei 10.261, de 28/10/68, a vista do apurado nos processos GG-1.210/76

e SSP-8.892/74, a pena de suspensão por 90 dias, por infringência ao disposto no artigo 241, XIV, do citado diploma legal, a Laudelane Arantes, R.G. 3.448.248, Investigador de Polícia I, padrão 16-A, da Delegacia Geral de Polícia, da Secretaria da Segurança Pública;

Nos termos dos artigos 251 — II — 256 — II — 252 e 260 — I — todos da Lei n.º 10.261, de 28-10-68, a vista do apurado nos processos GG — 1.448-76 e ESP — 11.891-75, a pena de suspensão, por 60 dias, a Luiz Cesar Regina — R.G. 5.598.132 — Investigador de Polícia I — padrão 16-A e Miguel Capitão Garcia — R.G. 5.417.563 — Motorista — padrão 10-A — ambos do Departamento Estadual de Investigações Criminais — DEIC, da Secretaria da Segurança Pública;

A vista do apurado nos processos GG — 1.880-76 — SJ — 143.002-76 — Registro 90-75 PJ e DECE — 1-76 PJ e nos termos do artigo 66 — II da Resolução 1, de 29-12-71, do E. Tribunal de Justiça do Estado e artigo 260 — I — da Lei 10.261, de 28-10-68, a pena de demissão a Pedro Silveira Gonçalves — Oficial do 9.º Cartório do Registro de Imóveis, da Comarca da Capital.

Cessando os efeitos:

Do decreto de 9, publicado a 10-8-76, na parte que prorrogou o afastamento dos servidores abaixo relacionados, da Secretaria da Agricultura para, com prejuízo dos salários, mas sem prejuízo das demais vantagens de suas funções, continuarem prestando serviços junto à Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora — CAIC — até 31-12-76:

Operador de Máquinas
Dormevil José Encarnação — R.G. n.º 5.080.671;

Auxiliar de Almoxarifado
Benedito Antonio Rodrigues de Oliveira — R.G. 3.184.220;

Do decreto de 9, publicado a 10-8-76, na parte que prorrogou o afastamento dos servidores abaixo relacionados, da Secretaria da Agricultura para, com prejuízo dos salários, mas sem prejuízo das demais vantagens de suas funções, continuarem prestando serviços junto à Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora — CAIC — até 31-12-76:

Monitor
Laerte Messiano — R.G. 5.074.877;

Operador de Máquinas
José Maria Aguiar — R.G. 4.216.278;

Vigia
Manoel Horácio de Souza — R.G. n.º 5.067.537,

Considerando, autorizado, em caráter excepcional, o afastamento do Engenheiro Octávio Gaspar de Souza Ricardo — R.G. 461.955, do Instituto de Pesquisas Tecnológicas quando, sem prejuízo dos salários e das demais vantagens de sua função, porém sem quaisquer outros ônus para o Estado, empreendeu viagem aos Estados Unidos da América do Norte, onde participou de um trabalho cooperativo, juntamente com especialistas do IPT, da FEPASA, da «Federal Railroad Administrations» e do «Denver Research Institute», no período de 18-6 a 9-7-76.

Prorrogando, o afastamento de José Dias da Silva — R.G. 5.656.946 — Operador de Máquinas, junto à Secretaria da Agricultura para, com prejuízo dos salários, mas sem prejuízo das demais vantagens de suas funções, continuar prestando serviços junto à Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora — CAIC — até 31-12-76.

Despachos do Governador,

De 20-8-76

No processo SCOT — 70.021-76, sobre admissão de Francisco Bajnok Perry: «Autorizo a admissão do interessado, nos termos da manifestação do digno Titular da Pasta da Cultura, Ciência e Tecnologia, que acolho, obedecidos os preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie».

De 12-10-76

No processo CEPAR — 1.576-73 cl. aps. SPS — 9.555-73 — SF — 12.685-73, em que José Pires solicita reenquadramento na Lei da Paridade: «Diante das manifestações do CEPS e da CEPAR, ratificadas pelo pronunciamento do Ilustre Titular da Pasta da Administração, que acolho, determino o encaminhamento destes autos à Assessoria Técnica Legislativa, para o preparo da competente mensagem legislativa, objetivando a retificação do enquadramento dado ao cargo do interessado, de Marceneiro, referência 10, para Mestre de Marceneiro, referência 13».

No processo SENA — 1.790-73 cl. aps. SF — 13.516-73 — CEPAR — 1.652-73 — SS — 6.244-71, em que Benedito de Oliveira Magalhães solicita reenquadramento na Lei da Paridade: «Aprovo o pronunciamento do Ilustre Titular da Pasta da Administração, que se alicerça no parecer da CEPAR, para o efeito de determinar o encaminhamento destes autos à Assessoria Técnica Legislativa, para o preparo da competente mensagem legislativa, objetivando a retificação do enquadramento dado ao cargo do interessado, de Motorista, referência 10 para Encanador, referência 10».

No processo SEC — 84-76 cl. aps. — SF — 11.270-76, em que é interessado o Gabinete do Secretário Extraordinário de Comunicações, sobre admissão de técnicos es-

pecializados: «Autorizo a alteração pretendida pelo Gabinete do Secretário Extraordinário de Comunicações, conforme proposta constante de fls. 38, acolhida pelo seu Titular».

No ofício STS — 227-76 sobre autorização para que o Eng. João Carlos Priester Pimenta possa ausentar-se do país: «Diante da manifestação do digno Titular da Pasta dos Transportes, autorizo o Eng. João Carlos Priester Pimenta — Diretor Presidente da Pesquisa e Planejamento de Transportes do Estado de São Paulo S.A. — TRANSESP — a ausentar-se do País, a fim de tratar de assuntos de interesse da empresa».

No processo administrativo GG — 1198-76 cl. ap. SE — 86-74 — 1.ª CPP — SE — 7823-74, em que é indiciado Benjamin Bonan: «A vista do apurado neste processo administrativo de caráter disciplinar e tendo presente o parecer da Assessoria Jurídica de meu Gabinete, a fls. 14-17, que acolho, aplico ao indiciado Benjamin Bonan a penalidade de suspensão por quinze dias, com fundamento no artigo 256, I e parágrafo 1.º, combinado com o artigo 252, da Lei 10.261, de 28-10-68».

No processo administrativo GG — 1.210-76 cl. aps. SSP 8.892-74, em que são indiciados Laudelane Arantes e Júlio Cesar Vieira Dutra: «A vista do que se apurou neste processo administrativo de caráter disciplinar e tendo presente o parecer da Assessoria Jurídica do Governo, que aprovo, aplico ao investigador de Polícia Laudelane Arantes a pena de suspensão por 90 dias, com fundamento no artigo 241, item XIV, combinado com o artigo 252 da Lei n.º 10.261, de 28-10-68, por não mais pertencer ao funcionalismo nada há que decidir com relação ao ex-Investigador de Polícia Júlio Cesar Vieira Dutra, devendo, entretanto, ser anotada a ocorrência em seu prontuário».

No processo administrativo GG — 1.213-76 cl. aps. SSP 12.571-74, em que é indiciado Bruno Clemente Domingos: «Diante do apurado no presente processo administrativo disciplinar, e face ao parecer 1.375-76 da A.J.G., acolhido pelo Secretário de Estado — Chefe da Casa Civil, aplico ao indiciado a penalidade de 45 dias de suspensão, com fundamento no artigo 256, II, combinado com o artigo 252, ambos da Lei 10.261, de 28-10-68».

No processo 1.442/76 — 1.443/76 — 1.444/76 — 1.445/76 — 1.446/76 — 1.447/76 — 1.448/76, todos SENA, em que Cláudio Basbaum e outros solicitam afastamento: «Tendo em vista as restrições recomendadas pelo Governo Federal, deixo de autorizar o afastamento pleiteado por: Cláudio Basbaum, Antonio Carlos de Moura Cunha, Braz Marorelli Filho, Klaus Dieter Struben, Daniel Volkov, Ilza Wolfman Hutzler e Hartmut Heinrich Grabert».